

HABEAS CORPUS Nº 533.544 - CE (2019/0276503-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : JOSE JAIRTON BENTO E OUTRO
ADVOGADOS : PAULO CÉSAR BARBOSA PIMENTEL - CE009165
JOSE JAIRTON BENTO - CE032223
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : LOURIVAL TAVEIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LOURIVAL TAVEIRA DOS SANTOS em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, assim ementado (fl. 34):

EMENTA: HABEAS CORPUS. PLURALIDADE DE INFRAÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REITERAÇÃO DELITIVA. DEMONSTRAÇÃO DE QUE O PACIENTE É PERIGOSO AO CONVÍVIO SOCIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA QUE SEJA MANTIDA A SUA CUSTÓDIA PROVISÓRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52 DO TJCE. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. INSUFICIÊNCIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. A teor de remansoso entendimento firmado no âmbito do STJ e do próprio STF, a prisão provisória em nada ofende o princípio constitucional do estado de inocência.
2. Presentes os pressupostos da prisão preventiva, haja vista a necessidade de se preservar a ordem pública e de aplicar a lei penal, deve ser mantida a decisão que determinou o recolhimento do paciente ao cárcere, mormente em razão da reiteração delitiva.
3. Ordem conhecida e denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 24/7/2019, pela prática dos delitos dos arts. 171, *caput*, 297, 299, 304 e 307, todos do Código Penal, cuja custódia foi convertida em preventiva no dia 25/7/2019.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustentou, em síntese, que estão ausentes os requisitos do art. 312 do CPP e que a custódia preventiva pode ser substituída por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para deferir a liberdade provisória ao paciente, expedindo-se alvará de soltura ou, substituir a prisão por outras medidas cautelares.

A liminar foi indeferida (fls. 54-57).

Superior Tribunal de Justiça

As informações foram prestadas (fls. 60-65).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 67-71).

Em consulta ao sistema de informações processuais do TJ/CE na *internet*, constata-se que o Juízo *a quo*, em 6/9/2019, proferiu decisão na Ação Penal n. 0155499-68.2019.8.06.0001 designando a realização de audiência de instrução e julgamento para o dia 10/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A defesa alega que estão ausentes os requisitos do art. 312 do CPP e que a custódia preventiva pode ser substituída por medidas cautelares diversas.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 39-42):

Vistos etc.

A autoridade policial responsável pela Delegacia de Defraudações e Falsificações, obedecendo a expressa disposição constitucional, comunicou a este Juízo as prisões em flagrante de LOURIVAL TAVEIRA DOS SANTOS, devidamente qualificados no presente auto, por suposta infração aos art. 171, caput, art. 297, art. 299, art. 304, art. 307, todos do CPB.

In casu, colhe-se da peça flagrantial, em síntese, que, **no dia 24/07/2019, por volta das 15h30min, o inspetor da delegacia acima referida foi acionado pela gerência do Banco do Brasil S.A, agência 4293, localizada na Rua Romeu Martins, 855, bairro Montese, recebendo a informação de que lá se encontrava uma pessoa que se identificou como José Elenilson Lopes de Almeida, dizendo-se sócio da empresa Distribuidora Ceará de Alimentos Eireli – ME, e titular da conta bancária nº 15.435-0, agência 4293, requisitando a emissão de folhas de cheques, utilizando-se de documento falso, sendo ressaltado que uma pessoa com nome idêntico compareceu a uma agência no município de Caucaia com o propósito de abrir uma conta. Em diligência, os policiais civis abordaram o custodiado já de posse de oito folhas de cheques outrora requisitadas, ocasião em que apresentou um documento de identidade nº 94016033696, com sua foto, em nome de José Elenilson Lopes de Almeida. Após constatação da falsidade do documento, o flagranteado admitiu sua identidade como sendo Lourival Taveira dos Santos. Na posse do autuado, foram encontrados, além das folhas de cheque em branco acima referidas, um cartão ouro card elo em nome da Distribuidora Ceará de Alimentos, um cartão Caixa Poupança Visa e um cartão Bradesco Visa, ambos em nome de Joana Darc Sousa Pereira, uma folha de cheque do Banco do Brasil em nome de Lucilio**

Silveira de Medeiros, preenchido no valor de R\$ 2.796,00 e outra folha de cheque do Banco do Brasil em nome de Daniele de Vasconcelos de Barros, preenchido no valor de R\$ 1.300,00.

Foram entregues aos policiais a requisição de cheques assinada pelo autuado, valendo-se do nome de José Elenilson de Almeida. Segundo o auto, o flagranteado teria confessado a compra dos documentos de identidade e os relativos à empresa distribuidora de alimentos de um terceiro, mediante pagamento da quantia de R\$ 1.500,00.

Sobre as demais peculiaridades da conduta delituosa, as testemunhas narraram a dinâmica dos acontecimentos, em depoimentos prestados perante a autoridade policial.

A existência do crime (auto de apresentação e apreensão de fls. 39) e os indícios de autoria, diante das circunstâncias da prisão e dos depoimentos colhidos pela autoridade policial, são contundentes.

Observaram-se, na lavratura do instrumento sob exame, os preceitos estabelecidos pela Carta Magna, dando-se ciência ao preso dos direitos que lhe são assegurados. Foram ouvidos, na conformidade do que dispõe o art. 304 do Código de Processo Penal, o condutor, a vítima e as testemunhas, estando o instrumento assinado como convém. Fornecidas, como manda a lei, a nota de culpa, dentro do prazo, explicitando o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas.

Prisão efetuada legalmente, nos termos do art. 302 da lei adjetiva penal, inexistindo, portanto, vícios formais ou materiais a inquiná-la, razão pela qual HOMOLOGO o presente auto flagrancial.

Passo, agora, a analisar o que estabelece o artigo 310 do CPP.

Examinando os autos, verifico que há indícios de que o autuado se dedique a golpes desta natureza, na medida em que já responde por tentativa de estelionato, falsificação de documento público, uso de documento falso e falsidade ideológica (fls. 47/52).

É sabido o verdadeiro calvário percorrido pelas vítimas de fraudes. Ademais, anote-se que o delito supostamente perpetrado tem potencial ofensivo grave, o qual deve ser firmemente reprimido, pois pode causar grande insegurança para transações bancárias e ocasionar também grande prejuízo às instituições financeiras depositárias, bem como lesando elevado número de pessoas, pela prática de diversos crimes semelhantes.

O modus operandi da conduta do autuado revela audácia e evidencia a gravidade em concreto de ofensa à ordem pública, pois, não obstante se trate de crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, a infração patrimonial foi cometida com ajuda de terceiros para fornecimento de dados de pessoas alheias ao golpe e propiciar a prática de crimes, valendo-se dos seguintes documentos falsos: comprovante de endereço (fl. 20), declaração de imposto de renda (fl. 22), aditivo contratual de empresa (fl. 29/31) e documento de identidade (fl. 43).

Tais fatos são um forte indicativo da predisposição do flagranteado no cometimento de condutas ilícitas, denotando, assim, que, em liberdade, encontrará estímulos para continuar na seara criminosa, pois a atuação do Poder Judiciário, até o momento, não foi suficiente para impor-lhe freio inibitório.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Esses elementos são suficientes para embasar a custódia cautelar, haja vista a presença, em concreto, do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*.

O reconhecimento da validade e necessidade da prisão preventiva, no caso em apreço, afasta a possibilidade de aplicar-se aos autuados medida cautelar diversa da prisão, mormente porque entendo que estas, diante da gravidade concreta dos fatos, são insuficientes para frear o ímpeto criminoso demonstrado pelos autores do ilícito.

Dessa forma, considerando o que dos autos consta e os princípios de direito aplicáveis à espécie, sobretudo levando-se em consideração que há indícios suficientes da autoria, CONVERTO A PRISÃO FLAGRANCIAL DO AUTUADO EM PRISÃO PREVENTIVA, o que faço com amparo nos arts. 310, 312 e 313, todos do CPP.

Expeça-se o competente mandado de prisão, registrando-os no Banco Nacional de Mandados de Prisão como cumprido, de acordo com a indicação constante no § 2.º do art. 5.º da Resolução n.º 137, de 13 de julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.

Oficie-se ao Juízo onde tramita ação penal em desfavor do autuado, comunicando-lhe a prisão flagrancial e sua conversão em custódia cautelar.

Como se vê, a decisão apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciada nas circunstâncias do delito, pois *Examinando os autos, verifico que há indícios de que o autuado se dedique a golpes desta natureza, na medida em que já responde por tentativa de estelionato, falsificação de documento público, uso de documento falso e falsidade ideológica.*

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

